



# **RELATÓRIO**

## **AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2025**

**PROCESSO SEI Nº 0060500483.000114/2024-41**

**REVISÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA 2025**  
COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA  
**CRIAÇÃO DA “TARIFA SOCIAL PERNAMBUCANA”**

Recife, 25 de março de 2025.

## **SUMÁRIO**

<b>1.</b>	<b>OBJETIVO .....</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>3.</b>	<b>AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2025.....</b>	<b>4</b>
<b>3.1.</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS.....</b>	<b>5</b>
<b>3.1.1.</b>	<b>COMPESA - CONTRIBUIÇÃO 1 .....</b>	<b>6</b>
<b>3.1.2.</b>	<b>COMPESA - CONTRIBUIÇÃO 2 .....</b>	<b>6</b>
<b>3.1.3.</b>	<b>COMPESA - CONTRIBUIÇÃO 3, 4 E 5 .....</b>	<b>6</b>
<b>4.</b>	<b>ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS.....</b>	<b>8</b>
<b>4.1.1.</b>	<b>DESCONTO CONCEDIDO À CATEGORIA TARIFA SOCIAL PERNAMBUCANA.....</b>	<b>8</b>
<b>4.1.2.</b>	<b>PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA .....</b>	<b>9</b>
<b>4.1.3.</b>	<b>RECEITA DE FATURAMENTO PARA CÁLCULO DO REEQUILÍBRIO .....</b>	<b>10</b>
<b>4.1.4.</b>	<b>APLICAÇÃO DE REAJUSTE TARIFÁRIO .....</b>	<b>10</b>
<b>5.</b>	<b>RESULTADO .....</b>	<b>10</b>

## 1. OBJETIVO

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados das análises referentes às contribuições apresentadas na **Audiência Pública nº 02/2025**, realizada no período de **10 de março de 2025 a 21 de março de 2025**, na **modalidade de intercâmbio documental**, referente à **fixação de tarifas das faixas da nova categoria “Tarifa Social Pernambucana”**, reposicionamento tarifário das demais categorias de usuários e homologação de tabela tarifária cobrada pela Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa.

## 2. INTRODUÇÃO

A Tarifa Social de Água e Esgoto foi instituída pela Lei Federal nº 14.898, sancionada em 13 de junho de 2024, com o objetivo estabelecer diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional garantindo que famílias de baixa renda tenham acesso a serviços essenciais de abastecimento de água e esgotamento sanitário a preços reduzidos.

A Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) enviou à Arpe em 03 de dezembro de 2024, o Ofício nº 308, de 29 de novembro de 2024, Processo SEI nº 0060500483.000114/2024-41, com **proposta de criação da “Tarifa Social Pernambucana” acompanhada de pedido de Revisão Tarifária Extraordinária**, em razão do desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da reestruturação tarifária ora proposta, para apreciação e deliberação desta Agência de Regulação. Anexa ao referido Ofício encaminhou-se, no processo SEI, a Nota Técnica - Compesa - Gerência de Regulação e Concessão nº 7/2024, de 29 de novembro de 2024, substituída pela Nota Técnica - Compesa - Gerência de Regulação e Concessão nº 8/2024, de 03 de dezembro de 2024, que apresenta a necessidade de aplicação de índice correspondente a 8,72% na estrutura tarifária atual, de modo a manter o equilíbrio econômico financeiro da Compesa.

No item Preâmbulo de sua Nota Técnica, a Compesa apresenta o objetivo do pleito, conforme a seguir transcrito:

*A Companhia Pernambucana de Saneamento vem, por meio deste, apresentar proposta de reestruturação tarifária que viabiliza a criação da “**TARIFA SOCIAL PERNAMBUCANA**”.*

*A medida visa promover justiça social e ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para a população em situação de vulnerabilidade social, no Estado de Pernambuco, em consonância com o princípio de universalização insculpido no Marco Legal do Saneamento.*

Informa-se que a **Tarifa Social constante na tabela tarifária** vigente, homologada pela Resolução ARPE nº 230/2023, permanecerá sob os critérios estabelecidos na RD nº 11/2003 sendo renomeada para categoria “**Tarifa de Vulneráveis**”.

A Arpe, após análise do pleito da Compesa, diante de sua competência regulatória, posicionou-se a partir das premissas a seguir elencadas e calculou novos valores da **Tarifa Social Pernambucana** e percentuais de **reposicionamento tarifário** a serem aplicados nas tarifas dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário:

- a) desconto tarifário no percentual estabelecido pela Lei Federal nº 14.898/2024;
- b) receita anual, para cálculo do reposicionamento tarifário, com base nas Demonstrações Contábeis Intermediárias da Compesa do exercício findo em 30 de setembro de 2024;
- c) manutenção da proporcionalidade da receita por categoria de usuário apresentada pela Compesa.

Nesse sentido, submeteu à Audiência Pública nº 02/2025 suas análises expostas na Nota Técnica ARPE/DEF/CTEEF nº 08/2025, que concluiu pela **criação da Tarifa Social Pernambucana** e pela necessidade de Revisão Tarifária Extraordinária, com a aplicação do **Índice de Reposicionamento Tarifário resultante no valor de 5,12% (cinco virgula doze por cento)** nas tarifas dos serviços de água e de esgotamento sanitário das categorias: Tarifa Residencial, Tarifa de Vulneráveis, Tarifa Comercial, Tarifa Industrial, Tarifa Pública, Consumidores Não Medidos e Água Bruta.

### 3. AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2025

Esta Agência, em cumprimento à Lei Estadual nº 12.813/2005, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 29.367/2006 e pela Resolução ARPE nº 39/2007 e alterações, convocou a Audiência Pública nº 02/2025, na modalidade de intercâmbio documental, relativa ao processo referente à fixação de tarifas das faixas do novo segmento – “Tarifa Social Pernambucana”, reequilíbrio das demais categorias de usuários e homologação de tabela tarifária cobrada pela Compesa, conforme **Aviso de Audiência Pública publicado em 27 de fevereiro de 2025** no Diário Oficial do Estado. O Regulamento dessa Audiência foi disponibilizado no *site* da ARPE, informando o recebimento de contribuições no período entre 14h00 do dia 10/03/2025 às 23h59 de 14/03/2025, encaminhadas para o e-mail [audienciapublica02\\_2025tarifasocialcompesa@arpe.pe.gov.br](mailto:audienciapublica02_2025tarifasocialcompesa@arpe.pe.gov.br) ou para a sede da ARPE, na Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº 975, Aflitos, Recife-PE, CEP 52.050-020, no horário das 07h30 às 13h30.

A ARPE produziu e disponibilizou no site da Agência (<http://www.arpe.pe.gov.br>) a Nota Técnica ARPE/DEF/CTEEF nº 08/2025 (Versão para Audiência Pública), de 28 de fevereiro de 2025, com o resultado de suas análises técnicas referentes ao pleito da Compesa. Também foram disponibilizadas as Notas Técnicas GRC nº 08/2024 e 03/2025 da solicitação do pleito da Compesa. O conjunto de documentos publicados no site para consulta prévia à decisão da ARPE (<http://www.arpe.pe.gov.br>) e análise dos interessados, sociedade em geral, concessionária, investidores, entre outros, foram:

- AVISO DE PRORROGAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
- Edital - Regulamento da Audiência Pública Nº 02/2025
- Publicação - Aviso da Audiência Pública
- Nota Técnica COMPESA Gerência de Regulação e Concessão nº 08/2024
- Nota Técnica COMPESA Gerência de Regulação e Concessão nº 03/2025
- Nota Técnica ARPE/CTEEF nº 08/2025 - Versão para Audiência Pública

Conforme Regulamento, a Audiência Pública nº 02/2025 teve como objetivos:

I - prestar informações ao público acerca da fixação de tarifas das faixas do novo segmento – “Tarifa Social Pernambucana”, reequilíbrio das demais categorias visando à homologação de tabela tarifária cobrada pela Compesa;

II - colher subsídios para o processo decisório da ARPE;

III - propiciar aos agentes e consumidores a possibilidade de encaminhamento de seus pleitos, opiniões e sugestões sobre assuntos de relevante interesse relacionados ao objeto da Audiência Pública, com observância dos princípios constitucionais da administração pública, especialmente os da legalidade e da transparência;

IV - identificar, de forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da Audiência Pública; e

V - dar publicidade à ação regulatória da ARPE.

### **3.1. CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS**

As contribuições, elencadas a seguir, foram recebidas por e-mail dentro do prazo regulamentar e os arquivos originais estão disponibilizados no *site* da ARPE, na seção correspondente à Audiência Pública nº 02/2025.

- a) Compesa - Contribuição 1, recebida no dia 12 de março de 2025;
- b) Compesa - Contribuição 2, recebida no dia 14 de março de 2025;
- c) Compesa - Contribuição 3, 4 e 5 recebidas em 14 de março de 2025.

Nos subitens a seguir apresenta-se breve resumo das contribuições recebidas.

### 3.1.1. Compesa - Contribuição 1

Em sua primeira contribuição, a Compesa comenta sobre o posicionamento da ARPE em ter adotado como premissa conceitual, para análise do reequilíbrio, o entendimento de que a disposição lançada no caput do art. 6º da Lei Federal nº 14.898/2024 não permite proposta de implementação de nova tarifa social com desconto superior ao percentual de 50% designado.

Para a Compesa,

*Ao prosperar essa interpretação, de fato, a proposta oferecida pela Compesa seria inviável à luz da lei, já que a revisão apresentada pela Companhia pretende ampliar o benefício social em desconto superior a 50%.*

Nesse contexto, a Compesa apresentou pedido para que a ARPE reavalie o alcance interpretativo do §2º, do art. 6º, Lei Federal nº 14.898/2024, a fim de que a proposta original da Compesa pudesse ser avaliada no contexto desconto superior a 50%, conforme a seguir transcrito.

*Em vista das razões aqui apresentadas, submetemos, muito respeitosamente, a essa agência, pedido para que reavalie o alcance interpretativo do § 2º, do art. 6º, Lei Federal nº 14.898/2024, a fim de que a proposta original da Compesa possa ser avaliada no contexto do desconto superior a 50%.*

### 3.1.2. Compesa - Contribuição 2

A Compesa, em sua segunda contribuição, solicita a prorrogação de prazo da audiência pública, conforme a seguir transcrito.

*Considerando a complexidade do tema em discussão, tendo como premissa a ideia de poder fortalecer e robustecer o conjunto de informações que subsidiarão esta audiência pública e o nosso compromisso em fornecer informações completas e precisas, solicitamos a extensão do prazo, por igual período, para apresentação de novas contribuições.*

### 3.1.3. Compesa - Contribuição 3, 4 e 5

Em e-mail enviado no dia 14 de março de 2025, a Compesa encaminhou conjuntamente as contribuições 3, 4 e 5.



Em sua terceira contribuição, a Compesa tendo em vista a disponibilidade dos dados contábeis consolidados de 2024, apresentou como contribuição valor da receita de 2024, relativo a 12 meses, conforme figura a seguir transcrita, sugerindo avaliar a utilização do resultado apresentado visando uma maior precisão de análise pela Arpe.

<b>Receita de Venda</b>	
Serviços de abastecimento de água	1.910.172.163,05
Serviços de esgotamento sanitário	656.828.067,99
	<u>2.567.000.231,04</u>
<b>Deduções da receita</b>	
COFINS e PIS	-92.050.552,80
Cancelamentos	-22.553.590,73
	<u>-114.604.143,53</u>
<b>Receita Líquida</b>	<u>2.452.396.087,51</u>

Em sua quarta contribuição, a Compesa solicita avaliação da Arpe de forma a considerar no valor do faturamento de 2024 a inclusão dos valores referentes aos tributos PIS e CONFINS, com as alegações transcritas a seguir.

*A Compesa está enquadrada no regime cumulativo do PIS e COFINS, com alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, totalizando 3,65% sobre o faturamento. Esse custo tributário, embora não discriminado no estudo apresentado pela Compesa, está incluído nos preços finais das nossas tarifas.*

*O PIS e o Cofins são considerados na formação da receita necessária para o cálculo das tarifas, sendo uma das despesas incorporadas à Receita Requerida da equação tarifária ( $RR = DEX + COS + RIR + QRR + TSF + RC - RI$ , onde, TSF representa os tributos sobre o faturamento). A retirada destes tributos significaria a retirada da componente TSF da receita da Compesa, como se esta Companhia não mais pagasse estes tributos.*

*[...]*

*Considerando o contexto acima descrito, solicitamos a reconsideração da Arpe, para incluir no valor do faturamento de 2024 os valores dos tributos PIS e COFINS, pois, senão, provocará desequilíbrio econômico-financeiro para a Companhia.*

Em sua quinta contribuição, a Compesa sugere aplicação cumulativa do resultado da revisão extraordinário e a aplicação do reajuste solicitado por meio do Ofício Compesa nº 307/2024 que se refere a variações inflacionárias do período de julho de 2022 a junho de 2023, conforme justificativa a seguir transcrita.

*A aplicação simultânea acima referida visa produzir um único aumento das tarifas para os usuários, evitando assim aumentos encadeados.*

#### **4. ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS**

Neste item a ARPE apresenta as análises e comentários sobre as contribuições recebidas por meio da Audiência Pública nº 02/2025 apresentadas no subitem 3.1.

##### **4.1. Desconto concedido à categoria Tarifa Social Pernambucana**

Com objetivo de dirimir divergência interpretativa sobre o tema, a ARPE submeteu o tema à PGE (Procuradoria Geral do Estado) por meio do Ofício Arpe DP Nº 088/2025 (Processo SEI nº 0030200001.001956/2025-53), solicitando manifestação jurídica sobre a possibilidade ou não de ultrapassar o percentual de 50% (cinquenta por cento) de desconto para a nova Tarifa Social Pernambucana a ser criada

[...] Sendo assim, sirvo-me do presente para solicitar à Douta Procuradoria Geral do Estado (em sua competência de consultoria jurídica do Poder Executivo, órgão que fixa a interpretação das normas e uniformiza a jurisprudência administrativa, em consonância ao art. 2º e aos incisos II, XI, XIV do art. 3º da Lei Complementar nº 02/90), manifestação jurídica sobre a possibilidade ou não de ultrapassar o percentual de 50% (cinquenta por cento) de desconto para a nova Tarifa Social Pernambucana a ser criada, considerando a interpretação a ser dada à redação do §2º combinado com o caput do art. 6º da Lei Federal nº 14.898/2024.

Em resposta, a PGE exarou Parecer nº 0136/2025, de 18 de março de 2025, com alguns trechos destacados neste Relatório, indicando que a Lei nº 11.445/2007 previu entre as medidas destinadas à universalização do saneamento básico, e sem prejuízo da sustentabilidade econômico-financeira dos serviços, a possibilidade de adoção de subsídios para os usuários que não tenham condições de arcar integralmente com o custo dos serviços.

No Parecer narrou-se as averiguações aos Projetos de Lei inicial, PL nº 505/2013; substitutivo, nº 9.543, de 2018.

Esse PL 3890/2023, que se propunha a alterar o art. 29 da Lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, consignava expressamente que o desconto de 50% correspondia a um desconto mínimo, nos seguintes termos:

“§ 2º Deve ser assegurada a tarifa social de água potável e esgotamento sanitário, em todo território nacional, assegurando que seja, no mínimo, 50% do



valor aplicado na tarifa residencial normal à todas as famílias que estejam no Cadastro Único (CadÚnico) e pessoas beneficiadas com Benefício de Prestação Continuada (BPC)”.

Ao considerar que um dos maiores desafios da universalização dos serviços de água e esgoto é a característica sócio econômica regional, alega que a combinação do caput do artigo e seus parágrafos é a única compatível com a autonomia federativa dos entes subnacionais.

17. Ademais, a interpretação ora conferida ao § 2º da art. 6º da Lei nº 14.898/2024 é a única compatível com o princípio da autonomia federativa dos entes subnacionais, que assim poderão, respeitadas as peculiaridades regionais e a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços, adotar descontos superiores ao fixado no caput do artigo para os consumidores de baixa renda, com vistas à universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Por fim, a ANA (Agência Nacional de Águas Saneamento Básico) no exercício da sua competência de fixar as diretrizes nacionais para a Tarifa Social de Água e Esgoto, ainda que tenha editado a NOTA TÉCNICA Nº 14/2024/COTAR/SSB3, que contempla a proposta regulatória preliminar para as referidas diretrizes, nada acrescentou sobre o tema.

*Diante do exposto, conclui-se que a interpretação mais adequada ao art. 6º e seu § 2º, da Lei nº 14.898, de 13 de junho de 2024, é a de que o desconto de 50% previsto no caput corresponde a um desconto mínimo e não a um desconto único ou valor máximo a ser aplicado no âmbito de todos entes subnacionais*

Assim, diante do amparo jurídico proporcionado pelo Parecer PGE nº 0136/2025, fica acatada a contribuição da Compesa no sentido da Arpe reavaliar o pleito considerando desconto superior a 50%. Nesse caso, será aceito a proposta do desconto de 55,49% para a categoria Tarifa Social Pernambucana.

#### **4.2. Prorrogação do Prazo da Audiência Pública**

A Arpe considerando a segunda contribuição da Compesa, publicou no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, de 15 de março de 2025, Aviso de Prorrogação da Audiência Pública nº 02/2025, estabelecendo sua finalização às 23h59min do dia 21 de março de 2025, conforme documento anexado ao Processo SEI nº 0060500483.000114/2024-41.

Ressalta-se que não houve contribuição da Compesa nesse período de prorrogação.

#### **4.3. Receita de Faturamento para Cálculo do Reequilíbrio**

Considerando tratar de valor com maior precisão, a Arpe considerou a terceira e a quarta contribuição da Compesa, recalculando o fator de reposicionamento tarifário a partir do Total da Receita de Faturamento de 2024, relativa a 12 meses, deduzido do valor de Cancelamento, conforme valores obtidos na Declaração de Faturamento 2024 da Compesa enviada por meio do Ofício Compesa nº 32/2025, assinado pelo Gerente de Gestão Contábil, Custos e Orçamento (GGO), Lucivaldo Lourenço da Silva Filho, em anexo.

#### **4.4. Aplicação de Reajuste Tarifário**

Registra-se que a Arpe ao analisar pleitos concomitantes de reequilíbrio e reajuste tarifários entende a relevância de terem seus efeitos tratados de forma cumulativa de modo a gerar evento único de modificação nas tarifas para o usuário. Assim, esclarece que quando concluída a análise do reequilíbrio solicitado no pedido de revisão extraordinária, será analisada e considerada a aplicação do pedido de reajuste pleiteado pela Compesa por meio do Processo SEI nº 0060500483.000115/2024-95.

Assim, tem-se que o procedimento estabelecido pela Arpe está alinhado ao que sugere a Compesa em sua quinta contribuição.

### **5. RESULTADO**

Pelo exposto, com base nas contribuições apresentadas pela Compesa e consideradas pela ARPE, no que se refere a aceitar valor de desconto superior a 50% e ao valor de referência da Receita Compesa do exercício de 2024, a Arpe recalculou o índice de reposicionamento da receita, mantendo-se a proporcionalidade na distribuição da receita por categoria e no valor do desequilíbrio ocasionado pelo desconto, de modo que se obteve como resultado o percentual de 8,72%, conforme apresentado no Quadro a seguir.

CÁLCULO COMPESA					PROPOSTA ARPE	
CATEGORIAS	RECEITA ATUAL	DESCONTO COMPESA PLEITO	RECEITA ATUAL (APÓS DESCONTO)	RECEITA COM REALINHAMENTO DE	REALINHAMENTO APLICADO PELA ARPE PARA SEGUIR A LEI	RECEITA COM REALINHAMENTO DA ARPE
				8,719375257%		
Vulneráveis	12.007.473,94		12.007.473,94	13.054.450,66	-0,129503%	13.037.544,80
Social Pernambucana	377.422.632,59	-204.066.524,72	173.356.107,86	188.471.677,44	1,618837%	191.522.727,40
Residencial	1.569.007.710,74		1.569.007.710,74	1.705.815.380,85	-0,129503%	1.703.606.304,76
Comercial	345.585.103,75		345.585.103,75	375.717.965,78	-0,129503%	375.231.401,07
Industrial	74.127.654,35		74.127.654,35	80.591.122,70	-0,129503%	80.486.755,06
Público	166.296.064,94		166.296.064,94	180.796.042,88	-0,129503%	180.561.907,22
<b>TOTAL</b>	<b>2.544.446.640,31</b>	<b>-204.066.524,72</b>	<b>2.340.380.115,59</b>	<b>2.544.446.640,31</b>		<b>2.544.446.640,31</b>

Este Relatório, após a aprovação pela Diretoria Colegiada da ARPE, estará disponível no *site* desta Agência, na seção correspondente às Audiências Públicas do menu “Arpe Informa” (<http://www.arpe.pe.gov.br/arpe-informa/269-audiencias-publicas-institucionais>).

Recife, 26 de março de 2025.

**Sheila Messias da Silva**

Coordenadora de Tarifas e Estudos Econômicos Financeiros

Ciente e de acordo.

**Frederico Arthur Maranhão Tavares de Lima**

Diretor de Regulação Econômico-Financeira

**APROVADO CONFORME ATA DA 265ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
DIRETORIA COLEGIADA REALIZADA EM 26/03/2025.**